A INTERRELAÇÃO ENTRE POLÍTICAS DE COTAS E MOBILIDADE EDUCACIONAL INTERGERACIONAL EM FAMÍLIAS NEGRAS

Ana Paula Souza do Prado Anjos
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
E-mail: apanjos@uneb.br

RESUMO

A presente discussão tem como objetivo analisar os possíveis impactos promovidos pelas políticas de cotas para acesso à educação superior na mobilidade educacional intergeracional dos egressos afrodescendentes. Apresenta o resultado de uma análise teórica das produções de pesquisadores consagrados na temática, entre os quais: Dentz (2021), Almeida (2019), Santana (2016). Metodologicamente, é uma discussão fundamentada na perspectiva do materialismo histórico-dialético (Marx, 1978), com abordagem qualitativa (Ivenicki; Canen, 2016), do tipo exploratória (Gil, 1999). Os achados iniciais apontam que as políticas de cotas para acesso dos afrodescendentes ao ensino superior contribuem para a mobilidade educacional intergeracional ao romper a lógica de reprodução do baixo nível de escolarização e se constituem em mais um mecanismo de enfrentamento às desigualdades educacionais e ao racismo.

Palavras-chave: Discriminação étnico-racial; desigualdades educacionais; ensino superior; política de cotas; mobilidade educacional intergeracional.

Introdução

A educação e a pesquisa são, em si, instrumentos políticos que podem colaborar com a opressão ou com a denúncia/anúncio. Nesta proposta, ambas serão mobilizadas para analisar as causas e as consequências das discriminações, das desigualdades educacionais que levam à reprodução do regular baixo nível de escolarização em famílias negras no Brasil, bem como para visibilizar a importância das políticas de cotas enquanto ações afirmativas sustentadas nos pilares da inclusão, democratização e autonomia dos sujeitos excluídos dos espaços privilegiados de produção de saberes.

A abordagem da referida política constitui uma oportunidade ímpar para ampliar os conhecimentos, consolidar as análises, ressignificar concepções, aprofundar o estudo e compreender como a temática, em análise, ainda continua a ser impactada pelos processos civilizatórios a que o Brasil foi submetido.

Faz-se necessário também refletir como a visão eurocêntrica de educação se inter-relaciona ao processo de exclusão das categorias étnico-raciais e de que forma as políticas de ações afirmativas que possibilitam o acesso desses sujeitos à educação superior podem contribuir no desenvolvimento de identidades múltiplas, no respeito à alteridade e na busca da construção de uma ética de convivência respeitosa no interior e fora das instituições educacionais.

Socialmente, essa discussão torna-se relevante por tecer reflexões em relação às causas, consequências e estratégias de superação da reprodução do baixo nível de escolaridade intergeracional que acomete pessoas negras, segmentos historicamente marginalizados no Brasil, demonstrar os possíveis impactos da política de cotas para a democratização de acesso ao ensino superior para o enfretamento às desigualdades e como meio de mobilidade educacional, e com isso, ratificar a necessidade de sua continuidade, enquanto for necessário para mitigar os danos causados pelas discriminações de caráter étnico-racial.

A discussão dessa temática também pretende abordar concepções teóricas que refletem direta ou indiretamente sobre os processos civilizatórios (colonização) e seus impactos sobre a educação, a formação do povo brasileiro (divisão em raças), o modelo de escola eurocêntrica e a exclusão dos outros saberes, educação na contemporaneidade, as desigualdades no sistema de ensino, a pluralidade cultural, a convivência com a diversidade no espaço acadêmico e social, entre outras temáticas.

Com o objetivo de analisar os possíveis impactos promovidos pelas políticas de cotas para acesso à educação superior na mobilidade educacional intergeracional dos egressos afrodescendentes de uma universidade pública do estado da Bahia, a reflexão tecida parte de uma pesquisa exploratória de estudos e produções acadêmico-científicas produzidas por autores consagrados, entre os quais: Dentz (2021), Almeida (2019), Santana (2016), Cepal (2021), Bonfim (2008). Trata-se de uma abordagem fundamentada na perspectiva do materialismo histórico-dialético (Marx, 1978), de natureza qualitativa (Ivenicki; Canen, 2016) e com apresentação de dados analisados a partir dos fundamentos teóricos apresentados.

1. Impactos das políticas de cotas no desenvolvimento educacional dos egressos afrodescendentes

Transformar a própria vida ou de alguém é um desejo/projeto político, ideológico e humanitário projetado sobre determinadas áreas, com destaque para a educação. Nessa direção, não tem como distanciar, deixar de responsabilizar ou de esperançar sobre a referida área quando se pretende pesquisar sobre políticas públicas de enfrentamento às desigualdades que atingem parte da humanidade. Sendo assim, compreender, propor e avaliar ações que primem pela democratização do acesso ao conhecimento e pela qualificação profissional está na ordem de urgência e importância do desenvolvimento das civilizações, e, necessariamente, implica nos desafios, pretensões e finalidades da educação na contemporaneidade.

A conquista do diploma universitário não é garantia absoluta de inserção no mercado de trabalho, de mobilidade socioeconômica e de progressão nos estudos; geralmente, depende de outras condições, a saber: instituição frequentada, realização de cursos complementares, classe social, pertencimento étnico-racial, domínio da norma-padrão da língua e da própria área de formação. No entanto, sem dúvida, a graduação é um fator indispensável para romper com a reprodução da baixa escolaridade intergeracional e aumentar as chances de ocupar os espaços de poder, especialmente para os jovens negros.

O Brasil, país de dimensão continental, constituído por povos de diversas culturas, integrado à economia mundial, ainda vivencia diversos desafios em garantir igualdade educacional, e isso em decorrência do processo de colonização (exploratória) a que foi submetido, das desigualdades sociais agravadas pelo modelo de capitalismo de mercado, das relações de domínio entre as classes sociais, da negação de direitos fundamentais, da oferta de um modelo de educação homogeneizadora, do não reconhecimento dos saberes e das diferenças que enriquecem a diversidade dos povos constituem o país.

1.2. Desigualdades educacionais: causas, desafios e perspectivas

Em virtude do processo de colonização e da segregação racial advinda do primeiro, com a escravização de pessoas negras até o século XIX, bem como das

posteriores neocolonizações, tais pessoas tiverem seus direitos à educação alijados, especialmente à educação superior (Dentz, 2021). Sem acesso à qualificação profissional e aos conhecimentos produzidos socialmente, foram e ainda são relegados a postos de trabalho de menor prestígio e remuneração, perpetuando, assim, as desigualdades socioeconômicas e educacionais, visto que as famílias de baixa renda não têm como garantir a seus descendentes ensino de qualidade (capital cultural) que os qualifiquem para ingressar em cursos de alto prestígio e que possibilitem posterior mobilidade socioeconômica (Santana, 2016; Bourdieu, 2007; Almeida, 2019, evitando "guetização em licenciaturas e cursos de baixo prestígio" (Bomfim, 2008, p. 198).

Nesse sentido, o acesso à educação superior e o enfrentamento às desigualdades educacionais podem ser considerados como os maiores desafios da educação contemporânea, por ter como causa um fator complexo, a discriminação por motivo étnico-racial, a qual tem-se revelado como motivo e consequência das condições desiguais a que as famílias afrodescendentes têm sido submetidas sistematicamente. Nesse sentido, Bonfim (2008, p. 195) destaca que "a elevação da escolaridade dos negros ao nível superior público significa também levá-los a acessar recursos simbólicos e materiais, através de sua formação, aos quais dificilmente teriam acesso enquanto coletividade".

Cabe reiterar que essas desigualdades resultam do próprio processo de formação social, cultural e histórica do povo brasileiro, marcado pela segregação escravista, e posteriormente, pela estruturação de uma identidade cultural marcada pela discriminação étnico-racial, discriminação esta, definida pelo Estatuto da Igualdade Racial, no Art. 1º, I, como:

> Toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada (Brasil, 2010).

Ao analisar as discriminações de natureza racial como redutora de direitos, estudos (Almeida, 2019; Fraga, 2021; IBGE, 2019) mostram que essas, somadas às desigualdades econômicas, sociais e educacionais que afetam a população negra e outras minorias política no/do Brasil, reduzem as possibilidades de acesso à vida digna e aos

direitos humanos fundamentais, fazendo-se necessária a institucionalização de ações específicas para garantir o acesso desses segmentos a direitos básicos, como educação.

Na visão de Santana (2016, p. 76),

> O sistema educacional brasileiro tem sido atravessado por uma dimensão conservadora da sociedade que, ao relegar e menosprezar os grupos sociais discriminados e suas especificidades, evidencia as desigualdades de acesso conferido pelo racismo institucional, que inviabiliza a mobilidade social da população negra e indígena.

Vale salientar que o preconceito, o racismo e a discriminação estão na base das desigualdades educacionais. A precarização da escola pública, consequentemente, gera outras desigualdades, especialmente as vinculadas ao mundo do trabalho.

Para além do aspecto da qualificação profissional, a política em questão também pode ser tratada dentro da perspectiva da educação inclusiva, por ser um mecanismo de reparação e inclusão de um segmento populacional que sempre esteve marginalizado do espaço acadêmico devido ao "racismo estrutural" (Almeida, 2019); e pode ser também emancipadora, por criar/aumentar as oportunidades de inserção no mercado de trabalho, autonomia financeira e mobilidade social (Fraga, 2021; Dentz, 2021).

A discriminação étnico-racial é, sem dúvida, um termo que denota o princípio, meio e fim nesta discussão, sem prejuízo das demais categorias de análise que serão apresentadas a seguir. Dizemos isso por considerar que esse tipo de discriminação está no cerne das desigualdades educacionais e econômicas, e que limita as condições de acesso das famílias de pessoas negras à educação superior, perpetuando a exclusão entre as gerações, o que requer ações de reparação e igualdade de oportunidades (Figueiredo, 2022).

Para compreender a complexidade e implicações da origem, ação e reflexos das discriminações de natureza racial, recorri a Almeida (2019, p. 23), que afirma que essas constituem "tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados", o que configura, ainda segundo o autor, ação intencional promotora da rejeição e exclusão do outro, tendo como requisito fundamental a aquisição ou manutenção do poder. Para isso, utiliza-se de força física, relacional e/ou simbólica.

As desigualdades educacionais no Brasil estão estritamente vinculadas às de natureza socioeconômicas e culturais, herdadas de uma sociedade capitalista e colonial, que, secularmente, procurara criar/manter diversos mecanismos restritivos de acesso das

classes menos favorecidas à educação de qualidade, especialmente à qualificação profissional, conservando, assim, os arranjos sociais e a estrutura de poder nas mãos da elite econômica e política.

Ao considerar a sustentação das desigualdades sociais em diversos tentáculos, podemos afirmar que o não acesso a uma educação que instrui e que forma consciência crítica e política é um dos pilares à manutenção da concentração de renda, das discriminações, dos conflitos e da injustiça social. Nesse entendimento, Santos (2006, p. 104) denuncia: "la justicia social global no es posible sin una justicia cognitiva global".

Com a Abolição da Escravatura em 1988, os negros esperavam um tratamento mais digno, no entanto, os ex-escravizados foram lançados à própria sorte. Não dispondo dos instrumentos de produção e nem educação formal, passaram a viver mais uma vez à margem da sociedade, restando-lhes morar nas zonas rurais ou periféricas das cidades, e trabalhar em subempregos para sobreviver, e assim tem sido a realidade para muitos negros até os dias atuais. O próprio local de moradia desses segmentos passou a constituir um obstáculo diferenciado (barreira geográfica), uma vez que as melhores instituições de ensino estão nos centros urbanos, gerando um acesso desigual à educação.

Historicamente, o Brasil é um país com alta persistência educacional, ou seja, manutenção de índices consideráveis de baixa escolaridade e desigualdades de acesso a níveis mais altos de instrução, conforme o pertencimento da classe social, raça, origem geográfica, idade, entre outros marcadores de segregação, o que se traduz nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), ao apresentar que, entre os brasileiros pretos e pardos com 15 ou mais anos, a taxa de analfabetismo é de 7,4%; já entre os brancos, esse percentual cai para 3,4%, sendo que 55,3% das pessoas nessa situação vivem na região Nordeste, com destaque para pessoas com mais de 60 anos. Como resultado da desigualdade econômica, o instituto informa ainda que 40% dos jovens deixaram o estudo para trabalhar, sete em cada 10 jovens que não completaram o ensino médio são pretos ou pardos e 9,5 milhões de brasileiros entre 14 e 29 anos não completaram a educação básica.

Os dados evidenciam que a região Nordeste e a população negra apresentam a menor mobilidade intergeracional educacional no país, devido à descontinuidade de políticas públicas para redução do analfabetismo e da baixa escolaridade nos estados mais pobres e segmentos populacionais mais marginalizados pelo marcador racial.

Embora o Brasil tenha sido o país da América Latina que mais avançou em políticas afirmativas para inclusão de pessoas negras na educação superior nas duas últimas décadas (Cepal, 2021), ainda existe significativa desigualdade no acesso ao ensino superior. De acordo com o IBGE (2022), entre os jovens de 18 a 24 anos, enquanto 6,0% dos jovens brancos já tinham diploma de graduação e, entre os pretos e pardos, apenas 2,9% possuíam. Destaca-se, ainda, que 70,9% dos pretos e pardos não estudavam nem tinham concluído o nível superior, enquanto entre os brancos esse percentual foi de 57,3%. Esses dados refletem uma interrelação com o analfabetismo geracional, visto que, entre as pessoas pretas ou pardas com 15 anos ou mais de idade, 7,4% eram analfabetas, mais que o dobro da taxa encontrada entre as pessoas brancas (3,4%). No grupo etário de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo dos brancos foi de 9,3%, enquanto entre pretos ou pardos ela chegava a 23,3%.

De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal, 2021, p. 26), "o aumento dos níveis de educação também está associado às possibilidades de superar a pobreza, à melhoria dos indicadores de saúde, à prevenção e erradicação do trabalho infantil, à mobilidade social ascendente e à ampliação das possibilidades de exercício da cidadania".

No século XX, foram verificados alguns avanços na instituição de leis de criminalização do racismo e de medidas reparatórias ou compensatórias sob o argumento de que desigualdades injustificadas são injustiças com capacidade de serem mitigadas por parte do Estado (Bomfim, 2008; Figueiredo, 2022). Embora tenha-se avançado em termos de ações e atos normativos, as estruturas de poder mantenedoras desse tipo de segregação continuam estáveis e agindo de maneira velada nos espaços de decisão.

Diante disso, evidencia-se que as desigualdades, em seus diversos escopos, é um projeto de poder que tem como um dos pilares de sustentação as discriminações étnico-raciais, e que, apesar das mudanças estruturais, tem se conservado e se reproduzido mesmo em períodos de crescimento e prosperidade econômica na América Latina (Cepal, 2021), mantendo os segmentos negros e indígenas na base da pirâmide social.

É evidente que as disparidades socioeconômicas limitam fortemente as estratégias de investimento escolar por parte das famílias de baixa renda, e, consequentemente, as chances de sucesso, perspectivas profissionais e mobilidade educacional consoante Bourdieu (2007) e Dentz (2021). Ainda de acordo com esses teóricos, as condições socioeconômicas e educacionais dos genitores, sem dúvida, têm impactos significativos

nas posições sociais herdadas ou a serem ocupadas pelos filhos, uma vez que o conjunto de bens materiais e culturais disponibilizados possibilita o acesso a determinados espaços, tomadas de decisões e escolhas profissionais.

Ciente das possibilidades da educação para a mobilidade social, nas últimas décadas, pressionado pela necessidade de mão de obra qualificada, o Estado tem investido mais na educação e as famílias têm percebido cada vez mais a importância do "prolongamento da escolarização" (Dentz, 2021) para garantir mais oportunidades para qualificação profissional dos filhos. Segundo o entendimento da Cepal (2021, p. 27), "a conclusão do ensino secundário, por sua vez, constitui um piso mínimo para romper a reprodução intergeracional da pobreza e para o acesso a um trabalho decente".

Por outro lado, os avanços no acesso e permanência dos jovens e adultos à educação superior são mais modestos, mas têm mudado o cenário com a instituição do Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federai), Prouni (Programa Universidade para Todos), Fies (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior), política de Cotas, interiorização das universidades federais no país entre outras iniciativas. Segundo Almeida (2019, p. 86), esse conjunto de políticas públicas é muito significativo, visto que "o aumento de negros no corpo discente das universidades tem, portanto, impactos ideológicos e econômicos, pois, ainda que timidamente, tende a alterar a percepção que se tem sobre a divisão social do trabalho e a política salarial", além de proporcionar oportunidades para que jovens e adultos, filhos de pais com baixo nível de escolaridade, tornem-se os primeiros da família a alcançar este nível de ensino.

1.2. Importância e impactos das políticas de cotas para a mobilidade educacional intergeracional

Historicamente, o acesso à educação superior no Brasil esteve restrito às classes sociais que detinham maiores condições econômicas e capital cultural, restando às pessoas não brancas o acesso aos níveis mais básicos da educação. Todavia, essas iniciativas, apesar de terem potencial para formar muitas pessoas, não necessariamente levarão a uma expansão equitativa do ensino superior, uma vez que os alunos mais desfavorecidos tendem a estar em "cursos e instituições de menor prestígio" (Santana,

2016; Bonfim, 2008). Assim, ainda há uma reprodução de desigualdades e diminuição da possibilidade de quebra da armadilha da pobreza.

A implementação de políticas educacionais tem sido fundamental para romper com a reprodução e legitimação das desigualdades em suas diversas dimensões, para refutar a meritocracia e promover a "justiça cognitiva e social" (Santos, 2006; Fraser, 2002).

Na área da educação, existem diversos tipos de políticas públicas, sejam voltadas à qualificação docente, ao ensino e à aprendizagem ou à diversidade. Dentre as ações voltadas para a diversidade, chamamos atenção para as ações afirmativas, que, de acordo com o Estatuto da Igualdade Racial, referem-se aos "programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada, para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades" (Brasil, 2010, Art. 1, VI). Esse conjunto de ações visa a proteger e a reparar os danos causados a determinados grupos humanos que, no passado, foram vítimas de exploração e que ainda vivem as consequências dos estigmas do racismo.

No âmbito da educação superior, as ações afirmativas têm-se efetivado com maior intensidade por meio da política de cotas, ao assegurar a reserva de vagas a determinados grupos historicamente prejudicados pela concorrência desequilibrada nos processos seletivos devido ao fato de possuir um ou mais marcadores de estigmatização, tais como raça, gênero, classe, deficiência, entre outras (Akotirene, 2019). De acordo com Dentz (2021), o sistema de reserva de vagas (cotas) tem sido um instrumento utilizado para reparar a desvantagem oriunda de uma escolarização básica mais precária, além de controlar a competição que exclui uma parcela expressiva dos estudantes que vêm do sistema público de ensino.

Com o propósito de reduzir os desequilíbrios no acesso à educação superior, instituições como a Universidade do Estado da Bahia (Uneb), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade de Brasília (UNB) protagonizaram institucionalmente a criação, no início do século XXI, de um dos mais efetivos mecanismos de inclusão educacional, o sistema de cotas para acesso democrático de candidatos negros e de baixa renda à qualificação e à profissionalização (Dentz, 2021), durante a consolidação das discussões e aprovação da Lei nº 10.639/2003 para oferta do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação básica. Consequentemente, essa ação afirmativa tem contribuído para a interrupção do ciclo de

baixa escolaridade de diversas famílias do segmento pesquisado, potencializado as condições de mobilidade educacional dos egressos beneficiados, bem como influenciado positivamente demais membros familiares em relação ao poder da educação para transformação da realidade e expectativas profissionais.

Dentro de uma perspectiva de justiça social/educacional, a referida política tem por objetivo tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade (Aristóteles, 2004; Figueiredo, 2022), ou seja, configura-se como uma maneira de colocar essas pessoas no mesmo patamar de concorrência e propiciar mais igualdade de oportunidades.

A política de cotas não garante mudanças imediatas e eliminação das desigualdades, mas contribui para reduzir os abismos nas seleções, e propicia acesso a novas oportunidades, garantindo uma certa mobilidade social e econômica em áreas historicamente ocupada pela elite, ao "reduzir a grande distância entre brancos e negros nos vários espaços da sociedade", conforme pontua Santana (2016, p. 47)

Ao empreender a política de cotas, caracterizada como uma reserva de vagas para determinadas categorias que têm o ingresso dificultado por diversas razões, a instituição não só possibilita o acesso à educação, direito fundamental, previsto na Constituição Federal (Brasil, 1988), mas também proporciona aos educandos os conhecimentos necessários para que acionem os demais direitos para o exercício pleno de cidadania e, assim, para uma vida digna.

Certos de que educação é um investimento que não retrocede, muitas famílias das mais diferentes classes, lugares e níveis de escolaridade priorizam o acesso e permanência dos filhos em instituições educacionais, garantindo, assim, um dos direitos sociais básicos, e colaborando para o desenvolvimento da sociedade.

Em uma perspectiva bourdieusiana para as famílias da elite, tal investimento é uma forma de garantir a manutenção do *status quo* e a permanência nos espaços de poder. Para as de classes médias, é uma possibilidade de manter e/ou ascender na sociedade, enquanto para as famílias de classe baixa é o meio mais viável de romper o ciclo da exclusão, analfabetismo/baixa escolaridade, e acessar diversos espaços e direitos.

A partir dessas tendências, Fraga (2021) e Schuh (2017) afirmam que a educação tende a ser um forte indicador de ganhos ao longo da vida, um fator-chave que influencia a mobilidade de renda e que, apesar das limitações, está entre os determinantes mais importantes da classe que uma pessoa virá a ocupar.

A superação do status educacional entre as gerações de uma mesma família representa, em diferentes graus, avanço social, cultural e econômico em qualquer sociedade, processo que a literatura acadêmica-científica denomina de mobilidade educacional intergeracional (Fraga, 2021). Na concepção de Longo e Vieira (2017 p. 1052), representa "a diferença entre os níveis de escolaridade máxima alcançada por duas gerações sucessivas".

De acordo com Bourdieu (1982), pais com nenhuma ou baixa escolaridade têm mais dificuldade em contribuir na educação dos filhos, seja no acompanhamento das atividades escolares, na transmissão do capital linguístico, na aquisição de materiais didáticos, no acesso à cultura erudita ou em atividades extras (cultura objetivada na forma material) para aumentar o capital cultural. Em decorrência disso, vários estudantes precisam fazer um esforço a mais para recuperar os saberes básicos para obter sucesso no processo de aprendizagem, concluir o curso e prosseguir na pós-graduação, caso desejem.

Para além do capital cultural, o autor destaca também a necessidade do capital social e do capital econômico. Vale ressaltar que esses três tipos de capitais são interdependentes, uma vez que o capital econômico é um meio essencial para aquisição dos outros tipos de capitais, e inclusive determina a trajetória e a escolha da área profissional. Por sua vez, o desempenho acadêmico e articulações nos meios sociais são primordiais para inserção no mercado de trabalho, ascensão na carreira e poder aquisitivo. A ausência ou pouca disponibilidade de um ou mais desses capitais, infelizmente, conduz os jovens à entrada prematura no mercado de trabalho e à permanência destes em funções exaustivas, com baixa remuneração e sem poder de influência.

Nesse sentido, romper o ciclo da imobilidade educacional não depende apenas de mérito individual, mas requer o mínimo de "condições micro e macrossociais" (Longo; Vieira, 2017) para que as crianças e jovens tenham oportunidade de adquirir os saberes externos necessários para concluir a educação básica e concorrer de forma equânime nos processos seletivos para ingresso na educação superior. Nessa saga, infelizmente, os mais marginalizados vão continuar ficando para trás, aumentando ainda mais o fosso da desigualdade.

Considerações finais

Depreende-se da discussão apresentada que o acesso às oportunidades educacionais não depende exclusivamente do indivíduo e/ou das decisões e dos esforços de sua família, quando se refere a categorias excluídas, necessita-se da criação, ampliação e consolidação de políticas de ações afirmativas nos contextos nos quais as desigualdades e hierarquias sociais existem, criando barreiras artificiais e invisíveis que restringem o acesso das minorias aos direitos individuais e coletivos.

Diante das fragilidades educacionais, as políticas afirmativas, especialmente, a de reserva de vagas, sobressaem como uma medida temporária essencial para corrigir injustiças históricas, e garantir a democratização na seleção, acesso e permanência em qualquer curso de educação superior, e com isso, possibilitar a qualificação profissional dos sujeitos excluídos para que não continuem relegados à áreas de atuação de menor prestígio social e retorno financeiro.

Ainda que o diploma de nível superior não garanta rendimento econômico significativo, uma população mais escolarizada contribui para o desenvolvimento e organização da sociedade, faz melhor uso da informação disponível, torna-se crítica, reivindica de forma mais assertiva seus direitos, inclusive a criação de políticas públicas que reduza as desigualdades.

O nível de mobilidade educacional intergeracional reflete a/em igualdade de oportunidades econômicas ou oportunidades de vida.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2004.

BONFIM, Vânia Maria da Silva. **Hierarquias raciais e de gênero e medidas de reparação**: sobre a participação das mulheres negras em cursos superiores no marco das ações afirmativas, 2008. 222 p. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade), Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Salvador, 2008. Disponível em: http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2019/02/Disserta%C3%A7%C3%A3o-de-Mestrado-V%C3%A2nia-Maria-da-Silva-Bonfim.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: às desigualdades frente à escola e à cultura. In: Maria Alice Nogueira e Alfredo Catani (org). **Escritos da Educação**. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007. p. 325-347.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: CN, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 3 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 -** Estatuto da Igualdade Racial. Brasília: CN, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 3 jan. 2025.

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Afrodescendentes e a matriz da desigualdade social na América Latina**: desafios para a inclusão. Documentos de Projetos (LC/TS.2021/26). Santiago, 2021. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/4e30cacd-cfb5-4034-b33d-428bb4822684/content. Acesso em: 02 mar. 2025.

DENTZ, Schirlei Russi von. **Desigualdades escolares e educação superior:** as ações afirmativas na Universidade Federal de Santa Catarina. 2021. 436 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/227350/PEED1578-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y. Acesso em: 2 dez. 2024.

FRAGA, Luana Dos Santos. **Meu (ante)passado me condena?** Três ensaios sobre mobilidade intergeracional. 2021. 132 P. Tese (Doutorado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, 2021. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/18622/1/000500682-Texto%2bcompleto-0.pdf. Acesso em: 12 dez. 2024.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra – PT, n. 63, p. 7-20, 2002.

FIGUEIREDO, Otto Vinicius Agra. **Ações afirmativas e permanência estudantil nas universidades estaduais baianas**. 2022. 277 p. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade), Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Salvador, 2022. Disponível em: http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2022/05/OTTO-VINICIUS-AGRA-FIGUEIREDO.pdf. Acesso em: 02 jan. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008**.**

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br. Acesso em: 25 abr. 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua 2022)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br. Acesso em: 15 abr. 2025.

IVENICKI, Ana; CANEN, Alberto G. **Metodologia da pesquisa**: rompendo fronteiras curriculares. Rio de janeiro: Editora Ciência Moderna, 2016.

LONGO, Flávia Vitor; VIEIRA, Joice Melo. Educação de mãe para filho: fatores associados à mobilidade educacional no Brasil. **Educação & Sociedade**. v. 38, n. 141, p. 1051-1071. out.-dez., 2017.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico**: filosóficos e outros textos escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SANTANA, Vandeilton Trindade. **Estudantes cotistas em curso de alto prestígio social da Universidade do Estado da Bahia**: percepções, enfrentamentos e superações. 2016. 109 p. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade), Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Salvador, 2016. Disponível em: http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2019/09/17-07-VANDER-DISSERTA%C3%87%C3%83O-2.pdf. Acesso em:05 jan. 2025.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Conocer desde el Sur para una cultura política emancipatoria.** Lima: Programa de Estudios sobre Democracia y Transformación Global, 2006.

SCHUH, Malu Santarém. **A trajetória da primeira geração da família na universidade**: contribuições acerca da formação acadêmica na PUCRS. 2017. 133 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, 2017. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/7280/2/DIS_MALU_SANTAREM_SCHUH_COMPLETO.pdf. Acesso em: 10 dez. 2024.

Recebido em: 11/08/2025
Aceito em: 01/10/2025
Publicado em 25/11/2025